

**HABEAS CORPUS Nº 530.179 - SP (2019/0258017-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DANIELA SINGER CARNEIRO DE ALBUQUERQUE  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : THIAGO PEREIRA ALCANTARA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de THIAGO PEREIRA ALCÂNTARA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento à apelação da defesa, com a seguinte ementa (fl. 17):

Apelação Criminal. ROUBO MAJORADO e RECEPÇÃO. Configuração. Prisão em flagrante, palavra da vítima e de testemunhas e confissão judicial quanto à subtração. Condenação mantida. Pena. Aumento na terceira fase adequado, fundado nas circunstâncias concretas do caso. Apelo desprovido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado por infração aos arts. 157, § 2º, I e II, e 180, *caput*, na forma do artigo 69, *caput*, todos do Código Penal, às reprimendas de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 23 dias-multa, no mínimo legal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação, pleiteando a aplicação da fração de 1/3 de aumento na terceira fase da dosimetria da pena, que foi improvido pela Corte de origem.

No presente *writ*, a impetrante sustenta que não houve fundamentação idônea para o aumento na fração de 3/8 na terceira fase da dosimetria da pena, pois baseado tão somente no número de majorantes.

Requer a concessão da ordem para que seja aplicado o aumento mínimo decorrente das majorantes do roubo.

Prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pela concessão da ordem de ofício.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, a impetrante requer a concessão da ordem para que seja aplicado o aumento mínimo decorrente das majorantes do roubo, sob o argumento de que não houve fundamentação idônea para o aumento na fração de 3/8 na terceira fase da dosimetria da pena, pois baseado tão somente no número de majorantes.

Sobre o tema, a Corte de origem assim se manifestou (fls. 18/19):

**Por fim, na terceira fase, para o roubo, foi realizado um aumento de 3/8 pelo MM. Juiz, o que se afigurou adequado.**

Com efeito, o art. 157, § 2º, do CP, estabelece o aumento de 1/3 até a metade da pena. Conforme a Súmula 443 do E. STJ, o critério quantitativo não é suficiente para definir a majoração decorrente das causas de aumento do roubo. **Mas neste caso, tal aumento resultou das peculiaridades da conduta, uma vez que envolveu 03 agentes e uso de arma de fogo, o que, evidentemente, a torna mais gravosa. Ou seja, o número de agentes superior ao mínimo exigido para o concurso de pessoas certamente influenciou na adoção de fração um pouco acima do menor valor legal, não havendo qualquer ilegalidade.**

[...].

Como se observa, constou do acórdão que o patamar de 3/8 foi escolhido em virtude de elementos concretos que demonstram maior reprovabilidade da conduta, que transcende à normal ao tipo, tendo sido destacados o número de agentes - ao todo 3 pessoas - e o emprego de arma de fogo.

Conforme a Súmula 443 do STJ, o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

Assim, devidamente justificado o aumento da pena em fração superior a 1/3, não há ilegalidade a ser reconhecida. A propósito:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO MAJORADO. TERCEIRA ETAPA DA DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE 3/8. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. 3 AGENTES ENVOLVIDOS NA EMPREITADA CRIMINOSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA N. 443 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGIME PRISIONAL. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 440 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Segundo o enunciado n. 443 da Súmula do STJ, "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes". **Na hipótese dos autos, a pena foi aumentada em 3/8, com fundamento no elevado número de agentes (três). Tal circunstâncias revela a maior gravidade concreta da conduta delitiva, nos termos do referido enunciado.**

[...]

Habeas corpus não conhecido (HC 523.790/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 12/09/2019).

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES EM CONCURSO FORMAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 59 E 68, AMBOS DO CP. DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE AUMENTO, NA TERCEIRA FASE, APLICADA EM PATAMAR ALÉM DE 1/3. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE TRÊS AGENTES. SÚMULA 443/STJ. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

**1. O aumento de 3/8, na terceira fase da dosimetria, não se deu em virtude de simples critério matemático, tendo sido levados em consideração, sobretudo, a utilização de uma arma de fogo e o concurso de três agentes, fundamentos idôneos que revelam a gravidade concreta da conduta perpetrada pelo agravante, não sendo a hipótese de aplicação da Súmula 443/STJ.**

2. Em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, a prática do delito em concurso com três agentes é fundamento apto a justificar a escolha do quantum de 3/8 na terceira fase da dosimetria (AgRg no HC n. 367.899/RJ, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 15/2/2018).

3. As instâncias ordinárias, ao reconhecerem a incidência das causas de aumento do concurso de agentes e do uso de arma, aplicaram a fração de 2/5 para majorar a pena, sem que reste evidenciada violação da Súmula 443/STJ. Isso porque as circunstâncias concretas do delito, praticado pelo concurso de três agentes, mediante o emprego de duas armas de fogo, denota a necessidade de maior resposta penal, em atendimento ao princípio da individualização da pena e, portanto, não se infere ilegalidade no aumento superior a 1/3 pela incidência das duas majorantes do crime de roubo (HC n. 429.086/RJ, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 22/5/2018).

4. O Tribunal a quo fez menção ao concurso de três agentes na prática do roubo e ao emprego de armas por eles, fundamentando, assim, a aplicação de fração superior à mínima legal, na terceira fase da dosimetria da pena, razão pela qual não se verifica afronta ao teor do referido verbete sumular n. 443/STJ (AgRg no AREsp n. 782.539/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 25/9/2017).

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1768978/TO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 17/09/2019)

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator